

O MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES E A LUTA EM DEFESA DAS SEMENTES CRIOULAS NO ALTO SERTÃO SERGIPANO, BRASIL

Lucas Oliveira do Amorim¹; Mônica Cox de Britto Pereira²; Fernando Fleury Curado³; Lanna Cecília Lima de Oliveira⁴; Elielma Barros de Vasconcelos⁵

¹Engenheiro Florestal (UFS), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE), Doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Email: lucasflorestal@gmail.com

²Professora Departamento de Ciências Geográficas UFPE, Coordenadora Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia, Professora do PPGEIO e PRODEMA. Email: coxmonica@gmail.com

³Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UNB), Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Email: fernando.curado@embrapa.br

⁴Doutoranda em Agronomia (UFPB). Email: lannacecilia@yahoo.com.br

⁵Coordenadora do Movimento dos Pequenos Agricultores. Email: lilabarrosmpa@hotmail.com

Artigo recebido em 31/01/2017 e aceito em 15/03/2017

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar como o Movimento dos Pequenos Agricultores vem organizando sua luta em defesa das sementes crioulas no estado de Sergipe a partir de ações do Território do Alto Sertão Sergipano. As informações que foram analisadas neste trabalho partiram de leituras do Plano Camponês e do Plano Nacional de Sementes Crioula do MPA. Além disto, através da observação-participante, buscou-se vivenciar a realidade do Movimento durante o encontro de agricultores(as) guardiões e guardiãs das sementes crioulas (2016) no município de Poço Redondo/SE. O MPA vem realizando uma luta ampla contra o avanço do agronegócio no Alto Sertão Sergipano. Neste sentido, a defesa das sementes crioulas representa uma simbologia na resistência da agricultura camponesa, ao mesmo tempo que nos remete a um novo paradigma de desenvolvimento do campo baseado nos princípios da Agroecologia.

Palavras-chave: Agrobiodiversidade, Movimentos Sociais, Agroecologia, Agronegócio.

THE PEASANT'S MOVEMENT AND THE STRUGGLE IN DEFENSE OF NATIVE SEEDS IN THE ALTO SERTÃO SERGIPANO, BRASIL

ABSTRACT:

This research aims to analyze how the Peasant's Movement (MPA) have organized their struggle for the native seeds in the state of Sergipe from actions in the specific Territory of Alto Sertão Sergipano). The information analyzed in this work were made from studies about the Peasant's Plan (Plano Camponês) and the National Plan for Native Seeds of the MPA. In addition through participant observation, we aimed to experience the reality of the Movement during the meeting of guardian peasants of native seeds on March 19 of this year in the municipality of Poço Redondo/Sergipe. The MPA have been making an effort to articulate a broader struggle against the advance of agribusiness on the studied Territory. Lastly the defense of native seeds is a symbology in the resistance of the peasant agriculture, and in the same direction this refers to a new paradigm of rural development based on the principles of Agroecology.

Key word: Agrobiodiversity, Social Movements, Agroecology, Agrobusiness.

INTRODUÇÃO

Segundo Santilli (2009), a agrobiodiversidade é resultado de um processo de interferência humana sobre os ecossistemas, a partir de sua intervenção criativa. Além disso, o manejo da agrobiodiversidade é essencial para a resiliência da agricultura camponesa, e dentro deste processo a questão das sementes é fator relevante de sustentabilidade.

As comunidades camponesas mantêm números relativamente grandes de variedades locais e tradicionais (SUBEDI et al. 2007), também conhecidas como sementes crioulas, que contribuem para a soberania genética dos agricultores camponeses.

As sementes crioulas são aquelas que não sofreram mudanças genéticas, incluindo a transgenia, e recebem este nome porque historicamente foram manejadas por comunidades camponesas, indígenas e tradicionais. Para além de um código genético, estas sementes representam a cultura e o modo de viver destas comunidades (TRINDADE, 2006), estando associadas também às práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas¹.

Estas características peculiares às sementes crioulas conferem a elas uma adaptabilidade genética às condições edafoclimáticas, uma vez que são cultivadas há anos sob as mesmas condições de solo e clima, da mesma forma que apresentam uma adaptabilidade sociocultural, a partir do momento que estão diretamente ligadas ao conhecimento tradicional em torno do uso e conservação destas sementes.

Segundo Machado (2007), o resgate e o desenvolvimento de variedades crioulas, e conseqüentemente da agrobiodiversidade, podem contribuir na recuperação da soberania alimentar das comunidades rurais, além de ser essencial nos processos de segurança alimentar. Os sistemas agroecológicos, por sua vez, promovem a agrobiodiversidade e se relacionam com ela dentro de um processo de relações e interações entre aspectos socioculturais, manejo ecológico dos recursos naturais e manejo holístico e integrado dos agroecossistemas (MACHADO, 2014).

Com o advento da Revolução Verde² no Brasil a partir da década de 60, e a conseqüente expansão do modelo produtivo do agronegócio, observou-se que no campo brasileiro e, em especial, no campo sergipano, as sementes crioulas, que constituem peça chave para qualquer

¹ Para este trabalho, admite-se o conceito de agroecossistema como um ecossistema modificado pelas práticas humanas, por meio do conhecimento, organização social e dos valores culturais, sendo um produto da co-evolução entre as sociedades humanas e a natureza (CASADO et al., 2000).

² A Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como à uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012).

sistema de produção, foram sendo substituídas inicialmente por variedades modernas, posteriormente pelos híbridos e mais recentemente pelos transgênicos (organismos geneticamente modificados - OGM). Ao invés da adaptação dos genótipos aos agroecossistemas, este processo orientou-se para o aumento da produtividade física dos cultivos agrícolas (PETERSEN et al., 2013).

Portanto, conforme explicam Cunha e Mitidiero Junior (2013), as sementes se tornaram mercadoria, deixando os agricultores refém das indústrias de sementes que controlam o circuito de produção, não só pela oferta do material genético, mas também pela monopolização de diversos outros meios técnicos. Isto ocorreu porque na perspectiva de maiores lucros, o capital busca e explora em todas as direções, extendendo-se a acumulação em círculos mais amplos, abarcando a tudo e a todos no processo de circulação do capital (HARVEY, 2011).

Nesta lógica capitalista de produção agrícola, Petersen et al. (2013) ressaltam que, as condições edafoclimáticas necessárias para o bom desempenho das sementes melhoradas geneticamente, estarão asseguradas mediante o emprego do pacote tecnológico, desenvolvido justamente para controlar e modificar as condições ambientais consideradas adversas.

Este processo de substituição das sementes crioulas por sementes “melhoradas” pode causar perdas irreparáveis de grande parte da agrobiodiversidade. De Boef (2007) adverte que além da perda física, a modernização da agricultura ameaça também o conhecimento tradicional de cultivos, a cultura local, os costumes alimentares e as relações sociais das comunidades tradicionais.

Estas mudanças nos processos produtivos no campo brasileiro e em especial no semiárido sergipano foram estimuladas principalmente pelas políticas públicas. Segundo Petersen et al. (2013), os programas de distribuição de sementes, por parte dos órgãos de extensão rural e de pesquisa, são o maior exemplo da negligência do Estado com relação a importância das sementes crioulas para o desenvolvimento de agroecossistemas produtivos e resilientes, principalmente quando se considera a instabilidade climática desta região.

Isto também estava refletido na antiga legislação brasileira de sementes, que data do ano de 1977, criada em plena ascensão do modelo agrícola tendo como base a agricultura industrial (agronegócio). Nesta lei, as sementes crioulas eram consideradas como grãos, pois não passavam por processos rigorosos de certificação, portanto não tinham “qualidade” e não podiam ser comercializadas ou distribuídas. Diferentemente das crioulas, as sementes “melhoradas” geneticamente, produzidas pelas grandes multinacionais, tinham a “qualidade”

certificada e, portanto, podiam ser distribuídas pelas políticas de distribuição de sementes e vendidas em lojas agropecuárias. No entanto esta lei foi substituída pela lei 10.771/03 (BRASIL, 2003), que reconhece as sementes crioulas, permitindo que as mesmas sejam multiplicadas, comercializadas e trocadas entre agricultores, além de liberá-las de registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Na década de 80, as contradições ambientais e sociais do modelo de desenvolvimento rural pautado pela revolução verde chegaram ao seu auge concomitante a crise ambiental (TOLEDO, 1992). No entanto a resposta para tal crise sempre esteve no nosso cotidiano, nas formas tradicionais de lidar com a natureza das comunidades rurais.

Para Toledo (1992), do ponto de vista da teoria política, existe uma distinção chave da luta camponesa contemporânea, que a distingue das lutas da metade do século XX. Além da luta pelo território e pela autonomia, este movimento propõe adotar uma estratégia política baseada no reencontro dos princípios de produção camponesa, que apresenta uma racionalidade ecológica implícita.

Neste sentido, apontando a agricultura camponesa em contraposição ao agronegócio no campo brasileiro, o Movimento dos Pequenos Trabalhadores – MPA surgiu durante a década de 1990, em um período de estiagem na região Sul, no qual a possibilidade de perda da produção agrícola reuniu em acampamento os camponeses em luta por melhorias de condições de vida no campo e contra a exclusão. Concomitante, em outros estados, lideranças camponesas refletiam a respeito do papel dos sindicatos e buscavam nova forma de organização que atendesse às necessidades camponesas, tal contexto permitiu a constituição do MPA. Atualmente o MPA possui atuação em dezessete estados brasileiros.

Em Sergipe, o MPA passou a se estruturar em 1999 no Alto Sertão Sergipano. Atualmente o Movimento possui base organizada em 06 municípios: Monte Alegre de Sergipe (sede), Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo, e vem ampliando a atuação para o Baixo São Francisco.

Uma das principais lutas encampadas no momento pelo MPA é a luta pela soberania genética, que diz respeito ao controle e autonomia do camponês em relação às suas sementes, de forma a não se tornar refém da lógica capitalista de produção agrícola. Diante do que foi apresentado, o presente trabalho tem como objetivo analisar como o MPA vem organizando sua luta em defesa das sementes crioulas no estado de Sergipe a partir de ações do Território do Alto Sertão Sergipano.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

As informações que foram analisadas neste trabalho partiram de leituras do Plano Camponês e do Plano Nacional de Sementes Crioulas, dois documentos chave que orientam a organização do MPA.

Além disto, através da observação-participante, buscou-se vivenciar a realidade do MPA durante a participação em reuniões da direção do Movimento e de idas a campo no ano de 2014, e em especial durante o encontro de agricultores(as) guardiões e guardiãs das sementes crioulas (Figura 1), realizado em março do presente ano no município de Poço Redondo - Sergipe, Comunidade Bom Jardim. Este município está situado no território do Alto Sertão Sergipano, caracterizando-se basicamente pela presença do bioma Caatinga e pelos longos períodos de estiagem.

Figura 1 - Encontro dos guardiões e guardiãs das sementes crioulas na comunidade Bom Jardim, Poço Redondo/SE.



Fonte: Amorim (março de 2015).

O encontro foi organizado pelo MPA, com o objetivo de estabelecer um espaço de formação e diálogo acerca da importância da conservação das sementes crioulas. Estiveram presentes agricultores de quatro comunidades: Garrote do Emiliano, Patos, Bom Jardim e Poço Preto, além de estudantes e profissionais das ciências agrárias.

PLANO CAMPONÊS: A CONTRIBUIÇÃO DO CAMPESINATO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Enquanto um Movimento Social cuja base é o campesinato, o MPA aponta que:

É necessário a organização desta classe social, a construção de um projeto estratégico, a luta de resistência frente ao avanço do agronegócio, e a luta de existência e crescimento na implantação de seu projeto estratégico (MPA, 2012a, p.11).

Tal Projeto Estratégico é considerado o Plano Camponês - documento construído coletivamente pelos militantes do MPA, no qual estão contidos elementos centrais que balizam o debate em torno do campesinato, além dos eixos estruturantes, que apontam os caminhos para a construção da luta camponesa.

Para tanto, o MPA considera o campesinato enquanto: *sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista*. A respeito desta classe, Ploeg (2008) diz que os camponeses são a maioria da população agrícola mundial, e são de grande importância para produção de alimentos, geração de emprego e sustentabilidade.

Um dos elementos centrais do Plano Camponês, diretamente ligado à agrobiodiversidade, é o Sistema de Produção Camponês:

Os sistemas camponeses de produção são um complexo arranjo entre cultivos, árvores, animais e o solo, que garantem a circulação de produtos e subprodutos entre si, de modo que aquele produto do cultivo que não é usado para consumo familiar e nem comercializado se transforma em alimento para os animais, que por sua vez produzem alimentos para a família, o mercado, o solo e outros animais. Nessa forma de produção nada se perde, tudo tem uma utilidade” (MPA, 2012a, p.14).

É possível observar que a autonomia do sistema de produção consiste em um dos elementos centrais da agricultura camponesa. Desta forma, a família camponesa constrói uma base de recursos autogerido, que envolve tanto os recursos sociais como os naturais, incluindo um recurso primordial, a terra, que possui simbologia importante na autonomia camponesa (PLOEG, 2008). Dentro deste contexto, as sementes crioulas também se apresentam como recurso importante, uma vez que elas são essenciais para qualquer cultivo. O agricultor que guarda suas sementes de uma safra para outra, tem a garantia de poder plantá-las no momento ideal, sem precisar comprar ou esperar dos órgãos governamentais, garantindo o controle dos meios de produção aos camponeses.

Logo, a dialética controle/autonomia sobre os meios de produção polariza dois projetos de desenvolvimento para o campo, opondo de um lado os agentes do agronegócio e do outros as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais (PETERSEN et al, 2013).

O projeto difundido pela agricultura capitalista ao longo do século XX provocou mudanças profundas no modo de conceber a agricultura (PEREIRA, 2012), pressionando os camponeses cotidianamente, principalmente quando estes precisam acessar créditos, escoar o excedente de sua produção no mercado convencional e em alguns momentos receber assistência técnica estatal no viés do pacote tecnológico agroquímico.

Desta forma, chega-se a outro elemento base do Plano Camponês que é a Agroecologia:

O MPA define que a agroecologia representa uma base científica e técnica para qualificar os sistemas camponeses de produção, eliminar o uso de agrotóxicos, superar as cadeias produtivas, construir a soberania alimentar, proporcionar autonomia das famílias camponesas e fazer enfrentamento ao agronegócio. Assim para o MPA a agroecologia tem um significado produtivo prático, mas também um significado político e ideológico, fazendo parte da luta de classes no campo e na cidade” (MPA, 2012a, p.16).

A Agroecologia se apresenta como uma ferramenta de luta política dos camponeses, indo para além de mudanças nas práticas de manejo, construindo uma proposta de sociedade. O saber agroecológico deve colaborar para a construção de um novo paradigma de produção agrícola, ao explicitar que é possível produzir "com a natureza", de gerar um modo de produção fundado no potencial ecológico-tecnológico da natureza e da cultura (LEFF, 2002).

Para concretizar estas transformações, o movimento agroecológico não pode permanecer à margem do âmbito estatal, pois é no seio deste que é possível gerar as

condições favoráveis não somente para a generalização das experiências agroecológicas, mas também para sua sobrevivência (MOLINA, 2012). Desta forma, o movimento pautado na luta pela agroecologia, deve se somar a um movimento mais amplo e complexo orientado na disputa do Estado para a transformação da ordem econômica vigente (LEFF, 2002).

Um exemplo claro da importância desta disputa no âmbito do Estado, foram mudanças conquistadas pelo movimento agroecológico e pelos movimentos sociais em seu conjunto no tocante a nova legislação de sementes, citada anteriormente. Em Sergipe, esta disputa se exemplifica na luta do MPA e outras organizações da sociedade civil para que os programas estaduais de distribuição de sementes utilizem as sementes crioulas. Neste sentido, para que estas transformações ocorram, precisamos construir a *Agroecologia Política*, a desenvolver-se em uma dupla direção: como campo disciplinar que se ocupa do desenho e produção de ações, instituições e normas para o alcance da sustentabilidade, bem como ideologia que, em competição com outras, se consagra a difundir e converter em hegemônica nova forma de organizar os agroecossistemas tendo como base o paradigma da agroecologia (MOLINA, 2012).

A partir da compreensão dos elementos centrais, o Plano Camponês aponta alguns Eixos que são os diversos caminhos que o MPA percorre para alcançar o Projeto Estratégico, são eles: produção, educação, vida de qualidade, comunidade camponesa e soberania. Para o debate em torno das sementes crioulas, nos ateremos aos eixos produção e soberania.

No eixo produção fica claro um dos principais compromissos com a sociedade: “Produção de alimentos saudáveis, com respeito a natureza, para alimentar o povo brasileiro e fortalecer o campesinato” (MPA, 2012a, p.21). Este compromisso demonstra que mesmo no atual momento de crise agrária, a agricultura camponesa se mostra como resposta (TOLEDO, 2012) e como principal força motriz para a produção de alimentos. A agricultura capitalista é extremamente dependente de recursos e capital externo, e no momento de crise tende a fechar suas fazendas; por outro lado, a agricultura camponesa possui os recursos necessários e a força de trabalho (a família) na propriedade (PLOEG, 2008).

Ainda no eixo produção, é possível observar o respeito à natureza, o que demonstra que as práticas tradicionais de uso da terra das comunidades camponesas são responsáveis por manter e proteger a agrobiodiversidade e os remanescentes florestais, visto que possuem as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural a sua volta, antes de tudo, como professor e provedor (GÓMEZ-POMPA & KAUS, 2000).

No eixo soberania, o MPA (2012a, p. 26) compreende que:

“É o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental.”

O eixo soberania dialoga com o elemento Sistema de Produção, reforçando a compreensão de que a autonomia é um elemento chave para a agricultura camponesa. Neste sentido, a soberania se divide em:

(i) – Soberania Alimentar: A soberania alimentar diz respeito às condições dos camponeses produzirem seus próprios alimentos, com os recursos disponíveis na propriedade, entre eles as sementes. Como citado no início do texto, as sementes crioulas são essenciais na garantia da soberania alimentar, uma vez que garantem que a família terá as sementes adequadas e de qualidade para serem cultivadas e produzirem os alimentos necessários para a subsistência da família.

(ii)- Soberania Energética: trata da produção, do controle e do autoconsumo da energia. Experiência interessante que o MPA vem difundindo nas unidades de produção camponesa em Sergipe em parceria com o Centro Dom José Brandão de Castro é a construção de biodigestores. Esta tecnologia social pode garantir a independência da família em relação ao gás de cozinha, e diminuir a necessidade de combustível vegetal.

(iii)- Soberania Hídrica: diz respeito ao direito das famílias camponesas de ter acesso a água de qualidade, tanto para consumo doméstico, quanto para produção de alimentos e animais. No Alto Sertão Sergipano, a conquista das políticas PIMC e P1+2, foram essenciais para que as famílias camponesas conseguissem garantir esse direito nos períodos de estiagem.

(iv)- Soberania Genética: as famílias camponesas devem ter direito ao controle das suas sementes, não podendo ficar refém das sementes transgênicas e híbridas. A partir deste eixo, é que o MPA vem construindo o Plano Nacional de Sementes, que será tratado a seguir.

PLANO NACIONAL DE SEMENTES CRIOULAS: RUMO À SOBERANIA GENÉTICA

A partir da análise do Plano Camponês, pode-se compreender os elementos que balizam e os eixos que norteiam o Plano Nacional de Sementes Crioulas do MPA. Foi possível

compreender que a garantia da autonomia camponesa deve perpassar por todos os debates e lutas do Movimento. Neste sentido, o MPA vem encampando a luta em defesa das crioulas, partindo da análise que:

“A produção de sementes pelos próprios camponeses permite que estes tenham autonomia produtiva, evitando a aquisição destas no mercado, reduzindo assim os custos de produção, além de permitir o intercâmbio de conhecimento e de sementes entre os camponeses” (MPA, 2012b, p.6).

Nesta análise surgem dois elementos importantes para a conservação das sementes crioulas, que aqui destacamos: a) intercâmbio de saberes e b) troca de material genético. As redes de sementes de agricultores camponeses são um dos componentes principais do sistema informal de aquisição de material genético, por meio do qual ocorre a troca entre os membros da comunidade de agricultores, e até mesmo entre comunidades distintas. Junto com o fluxo de materiais genéticos também se dissemina o conhecimento, de agricultor a agricultor, por meio de redes semelhantes. Todo conhecimento em torno do manejo das sementes crioulas, gerado pelas trocas, geralmente se mantém de forma coletiva e intergeracional. Estas redes se estabelecem em função das características dos participantes, da história de suas relações e de seus laços específicos de parentesco (AGUIAR, 2010). Alguns membros destas redes desempenham papel essencial no manejo do processo de fluxo genético e da diversidade de cultivos, os chamados guardiões de sementes crioulas.

No entanto a via informal, que foi citada anteriormente, ocorre na comunidade, através da troca com vizinhos e parentes, não é a única forma de obtenção de material genético. Segundo Jarvis (2000), existe uma segunda via que é a formal, por instituições privadas ou públicas por meio das políticas de distribuição, cujos problemas foram tratados anteriormente, ou ainda por compra em lojas agropecuárias.

Vislumbrando a importância dos espaços informais para aquisição de sementes crioulas, o MPA em Sergipe vem organizando e estimulando a participação dos camponeses em intercâmbios, feiras de sementes e encontro de guardiões.

Neste sentido, no ano de 2014 o MPA organizou um intercâmbio de agricultores para a região do município Palmeira dos Índios, em Alagoas, onde algumas pessoas puderam resgatar variedades já perdidas, além de adquirirem outras variedades que não conheciam. Outro espaço importante neste mesmo ano, foi a Feira Camponesa realizada no município de Poço Redondo, Alto Sertão Sergipano. Neste momento os agricultores puderam expor suas

sementes crioulas, comercializar seus produtos, além de valorizar a cultura sertaneja. Na própria região, também houve o intercâmbio de algumas agricultoras na propriedade da guardiã Dona Cida, na comunidade Lagoa da Volta, no município de Porto da Folha. Em 2015 foi organizado encontro dos guardiões de algumas comunidades do Município de Poço Redondo. Com base no Plano Nacional, o MPA Sergipe organizou um Plano Estadual considerando-se a partir do ano de 2014, a produção a curto prazo (2 anos), a médio prazo (5 anos) e a longo prazo (10 anos).

A curto prazo, o planejamento prevê o fortalecimento do Banco de Sementes da comunidade Garrote do Emiliano, no município de Poço Redondo (SE). O Banco foi construído a partir do P1+2, mas ainda está em fase de estruturação com o apoio do Projeto Sementes do Semiárido, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e executado pela Articulação do Semiárido (ASA-SE). Neste período, a direção do MPA prevê envolver 100 famílias de 27 comunidades e 07 municípios nos quais o MPA tem atuação.

A médio prazo estão previstos a construção e a potencialização de 09 bancos de sementes, a partir do envolvimento de 500 famílias. E a longo prazo espera-se ter 27 bancos de sementes, que estarão diretamente ligados a uma Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) estadual e que por sua vez estará diretamente ligada a UBS nacional, no município de São Miguel do Oeste em Santa Catarina. Essa UBS nacional está em pleno funcionamento e obedece a todos os critérios exigidos pelo Ministério da Agricultura (MAPA) para distribuição de sementes. O MPA em Sergipe já recebeu sementes de milho e feijão preto desta UBS nos anos de 2012 e 2013, distribuídas para famílias que perderam suas sementes por conta da estiagem nos respectivos anos, e que optaram por não cultivar as sementes advindas do governo, quando estas chegavam.

A perda de sementes também é um problema a ser enfrentado, uma vez que o estado de Sergipe já vem passando por 04 anos de estiagem (2011 a 2014). Além do fator ambiental, algumas famílias foram substituindo suas variedades pelas sementes adquiridas pelo processo formal de distribuição do governo. Porém, o MPA acredita que:

Ainda há por toda parte muitas famílias que mantêm suas sementes, mantêm a cultura e fazem isso por gosto e por convicção, essas famílias são guardiãs que se dedicam a cuidar das sementes crioulas. Temos que descobrir essas famílias para que elas contribuam no processo e participem de atividades de formação política. Além disso é importante fazermos um levantamento do que temos de espécies e variedades em nossa base, garantindo intercâmbios entre as famílias camponesas, para isso as feiras de sementes e seminários de

trocas e de técnicas de produzir sementes são uma importante ferramenta”
(MPA, 2012b, p.18).

Para alcançar este objetivo, o MPA/SE vem fazendo um trabalho de levantamentos de guardiões das sementes, em conjunto com a juventude camponesa. Além disto, esta etapa do Plano de Sementes vem sendo apoiada por uma Dissertação de Mestrado (AMORIM, 2014) e por projeto de pesquisa financiado (CNPq) e que vem sendo executado pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS) em parceria com o Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Esta parceria com instituições de Ensino e Pesquisa vem sendo importante para a construção do Plano Nacional de Sementes em Sergipe e o fortalecimento da Agroecologia no Alto Sertão Sergipano, uma vez que o suporte científico permite a potencialização das informações obtidas além de dar visibilidade à importância das sementes crioulas e da agricultura camponesa. Sobretudo, para a construção do conhecimento agroecológico se faz necessário intercâmbio de saberes, troca de experiências, hibridação de ciências e técnicas, para assim potencializar as capacidades dos camponeses (LEFF, 2002).

Fruto desta parceria, no ano de 2014 o MPA/SE e o Núcleo de Agroecologia Embrapa Tabuleiros Costeiros, realizaram a implantação de dois campos de seleção/multiplicação de milho e feijão, sendo um na comunidade Garrote do Emiliano e outro da comunidade Retiro, no município de Monte Alegre/SE. Alguns dos pesquisadores, do núcleo citado anteriormente, participaram de pesquisas com sementes crioulas na Paraíba com a Rede de Sementes da ASA/PB, na qual foram realizados ensaios de comparação entre variedades locais e convencionais de milho (LONDRES, 2014). Por conta do atraso no plantio e a falta de chuvas, o experimento não obteve o sucesso esperado.

Este ano de 2015, no mês de junho, foi implantado um novo ensaio comparativo de milho na comunidade Retiro. Este campo é fruto do projeto com o IFS, no qual serão avaliadas 08 variedades de milho, sendo 06 locais e 02 convencionais. Estas áreas de experimentação coletivas são chave, conforme ressalta o MPA:

“Tem um papel muito importante na formação com os camponeses e técnicos, permite o conhecimento de variedades, comparação entre as variedades convencionais e crioulas. Há experiências de campos de avaliação de sementes, que utilizaram metodologias estatísticas com objetivo de dar mais legitimidade aos estudos e pesquisas. Esses campos devem ser

construídos coletivamente permitindo que no decorrer do processo as famílias camponesas vão analisando os resultados de cada variedade” (MPA, 2012b, p.19).

Petersen et al. (2013, p.43) enfatizam que a parceria entre movimentos sociais e instituições de pesquisa se apresentam como “uma necessidade estratégica na luta da para demonstrar a consistência técnica e a viabilidade sócio-organizativa das práticas sociais de uso, manejo e conservação da agrobiodiversidade”.

Apesar da clara importância cultural, econômica e política das sementes crioulas, se faz necessário em alguns momentos comprovar sua eficiência produtiva dentro dos agroecossistemas camponeses. Os ensaios comparativos foram uma ferramenta muito importante na Paraíba, no sentido de comprovar para o Estado que as sementes crioulas são mais adaptadas e produzem de acordo as necessidades dos agricultores. Os resultados da pesquisa realizada na região da Borborema e do Seridó paraibano só vieram a reforçar todos os argumentos em defesa das sementes crioulas (chamadas de Sementes da Paixão na Paraíba), uma vez que os dados estatísticos demonstraram que sob mesmas condições edafoclimáticas, as sementes tradicionais superaram as sementes convencionais nos parâmetros avaliados (LONDRES, 2014).

Portanto, fica evidente que não existe uma ciência autônoma dos contextos políticos-ideológicos e culturais. A experiência que vem sendo construída pelo MPA/SE juntamente com cientistas, possui um compromisso claro de mudanças de paradigma, em contraposição à ciência que colabora com a construção do paradigma da agricultura capitalista (PETERSEN et al., 2009).

ENCONTRO DE GUARDIÕES DE SEMENTES CRIULAS: TRABALHO DE BASE E DIÁLOGO DE SABERES NO FORTALECIMENTO DAS SEMENTES CRIULAS

O trabalho de base é necessário no horizonte de transformação social para qualquer Movimento Social. Segundo Peloso (2012, p.71), o trabalho de base é:

“uma ação política transformadora, realizada por militante de uma organização popular, que mete o corpo em uma realidade e contribui para despertar, organizar e acompanhar sua população, na solução dos problemas do cotidiano e ligando essa luta a luta geral contra a

opressão”.

O trabalho de base é um processo educativo essencial para o fortalecimento dos Movimentos Sociais. A participação social, dentro de organizações políticas e de ações coletivas, gera aprendizado e saberes, uma vez que os Movimentos Sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes (GOHN, 2011). A autora ainda explica que é necessário “buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem” (GOHN, 2011, p.34). Nesse contexto, os intercâmbios e encontros envolvendo agricultores e profissionais se constituem em importantes espaços de trabalho de base, em que a valorização e a troca são elementos chaves na construção do conhecimento a partir da reflexão sobre a realidade em que vivem e atuam. Paulo Freire (1989) sinaliza que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra e, quando ambas se interligam, instalam-se bases para o desenvolvimento da educação libertadora.

Shiva (2003) afirmou que os fatores que levam à perda de diversidade e dos saberes tradicionais estão ligados ao modo como a ciência ocidental é disseminada no mundo, desconsiderando o conhecimento tradicional local. Contrapondo-se à ciência ocidental, a Agroecologia está fundamentada na valorização e resgate dos saberes dos agricultores como estratégia para melhor compreensão dos agroecossistemas e suas dinâmicas e, desta forma, contribuir de forma contextualizada para a transformação da realidade de dominação a que estão constantemente submetidos os camponeses.

Diante destes elementos, fica evidente a importância de espaços como o Encontro de Guardiões de Sementes Crioulas, não somente para o fortalecimento deste patrimônio camponês, mas também para o fortalecimento do MPA enquanto organização política. O MPA debate o papel do camponês na produção agroecológica diversificada e saudável como forma de resistência camponesa, em contraposição ao agronegócio que os torna dependentes em relação às sementes comerciais e ao pacote tecnológico.

No Encontro de Guardiões de Sementes, realizou-se um grande debate bem como os camponeses apresentaram as suas sementes crioulas. Dona Josefa do Poço Preto apresentou: o feijão preto, também chamado de feijão mamona que conserva há três anos; o feijão branco vindo de Pernambuco e que ela guarda há três anos; o feijão badajó, mantido há 10 anos; gergelim, melancia de doce, abóbora, qualhada (melão), milho de pipoca, batata doce, couve, coentro e feijão carioca.

Uma jovem agricultora, Eliene, também apresentou a diversidade de sementes crioulas conservadas: feijão mamona, caracterizado pelo seu ciclo rápido (50 dias), sensível a seca; o feijão branco, feijão carioca, feijão preto, feijão de corda corujinha, feijão badajó, feijão azuki, milho branco, fava, feijão grande, feijão de corda sempre verde, mandioca, batata, melancia, feijão ligeirinho, feijão enxofre, feijão cachinho.

Dona Josefa dos Patos apresentou: o seu milho, que mantêm há seis anos; o feijão de corda, a fava manteiga mantida há 10 anos; o guandu branco e rajadinho, o feijão preto, o cachinho.

Senhor Rosalvo apresentou as sementes de imburana de cheiro; de graviola, que conserva há mais de cinco anos; o feijão cachinho, feijão riqueza e o feijão rosinha.

Durante a apresentação das sementes ocorreram várias intervenções a respeito do melhor período de plantio, ciclo da cultura, calendário lunar, sementes que se perderam, características de rendimento na alimentação, dentre outras. Não apenas apresentaram suas sementes crioulas, mas compartilharam saberes acumulados a partir da vivência de cada guardião e guardiã.

Houve também a troca de saberes sobre o cultivo da batata doce, decorrente da presença de um dos agricultores, que reside em área de perímetro irrigado e que cultiva apenas quiabo e goiaba. Apesar de não fazer parte de grupo local, caracterizado pela prática da diversificação de cultivos, ele compareceu ao encontro no intuito de observar e aprender a respeito das estratégias de reprodução nas unidades produtivas camponesas. Assim, prontamente, a senhora Josefa do Poço Preto explicou que inicialmente é feito o canteiro chamado de mussuca, onde são colocadas as ramas da batata. Senhor Ione acrescentou que o período de plantio acontece no final de setembro, pois ao se plantar antes desse mês, a batata “bicha” (é atacada por fungo). Este diálogo de saberes, não apenas no aspecto técnico, mas sobretudo de ordem cultural, favorece o intercâmbio de experiências - agricultor a agricultor – que enriquece, valida e fortalece a construção da Agroecologia (LEFF, 2002).

Senhor Rosalvo resgatou o nome das variedades que se perderam com o passar dos anos: o feijão rim de porco, de crescimento rápido que “aguenta estiagem”, o feijão ímpar, feijão café, feijão jaula, vagem roxa, boca funda. Relatou a experiência de produção de mudas em viveiro que, na comunidade Garrote do Emiliano, terá a gestão realizada por jovens agricultores. Anunciou-se a produção de mudas de espécies nativas da caatinga, como angico de casca, umburana de cheiro, pau ferro, gravatá e frutíferas como graviola, pinha, acerola, dentre outras.

Na sequência do encontro houve troca das sementes apresentadas pelos agricultores (Figura 2), que significou a celebração da diversidade camponesa representada pelas sementes crioulas e pelos saberes compartilhados, bem como o fortalecimento dos que já conservam e o estímulo aos jovens que estão assumindo mais recentemente o papel de guardiões e guardiãs das sementes crioulas.

Figura 2 - Camponesas trocando sementes durante o encontro dos guardiões e guardiãs das sementes crioulas.



Fonte: Amorim (março de 2015).

Nas cantorias camponesas e nos diálogos, os agricultores se fortalecem como guardiões das sementes crioulas, descortinando o rico conhecimento do “saber fazer”, da conservação das sementes e da importância da manutenção da diversidade produtiva, característica inerente à agricultura camponesa. Espaços de trocas de sementes têm significado a importância que vai além da conservação do recurso genético, visto que representam o papel dos agricultores como sujeitos do processo de reafirmação do saber camponês mantido a partir de práticas históricas e culturais. Tradição essa que perpassou gerações, reproduziu a identidade camponesa junto aos jovens, que ao se reconhecerem como guardiões, dão continuidade ao fortalecimento dessas raízes.

Durante os diálogos, o aspecto adaptativo relacionado às condições climáticas e a finalidade de uso foi colocado como fator decisivo no que diz respeito ao armazenamento da semente crioula. Estas temáticas demonstram a compreensão do agricultor sobre a adaptabilidade das sementes crioulas à realidade da região.

No que diz respeito à diversidade de cultivos, Dona Maria José salienta a importância de se plantar diferentes variedades de feijão, para assegurar a produção diante das adversidades climáticas. Neste sentido, a agricultora explica que cultiva variedades de ciclo curto e de ciclo longo como estratégia de convivência com a seca.

A troca de saberes e de sementes permitiu uma reflexão sobre as sementes crioulas, partindo da própria realidade e vivência dos agricultores e das agricultoras, evidenciando a importância da conservação como estratégia de autonomia e empoderamento frente ao agronegócio bem como de melhor compreensão de manejo dos agroecossistemas. Este tipo de ação, ao mesmo tempo que fortalece a ação dos camponeses, estimula os demais a refletirem sobre a importância da diversificação e da conservação das sementes. Este fato pôde ser observado na oportunidade em que um dos camponeses mencionou que, ao participar do momento de troca de sementes, sensibilizou-se com a diversidade de variedades apresentadas e se sentiu estimulado a diversificar o seu roçado com as sementes adquiridas a partir da troca.

CONCLUSÕES

O Movimento dos Pequenos Agricultores vem realizando um esforço no sentido de articular uma luta ampla contra o avanço do agronegócio no Alto Sertão Sergipano. Neste sentido, a defesa das sementes crioulas representa uma simbologia na resistência da agricultura camponesa, ao mesmo tempo que nos remete a um novo paradigma baseado nos princípios da Agroecologia.

A produção teórica do Movimento, representada pelo Plano Camponês e pelo Plano Nacional de Sementes Crioulas, demonstra que para este embate no “campo”, se faz necessário formular estratégias de disputas ideológicas em torno de diferentes paradigmas que embasam uma agricultura do negócio e uma agricultura de bases agroecológicas. Além disto, o suporte científico/acadêmico de pesquisadores favorece a produção de dados “validados” pela lógica cartesiana que, a partir da hibridação, com as formulações teóricas, formam um *corpus* que valoriza as sementes crioulas e conseqüentemente a agricultura camponesa.

A partir da experiência relatada, observa-se que os encontros e intercâmbios entre os camponeses se constituem em importantes instrumentos metodológicos/formativos na valorização e no resgate de sementes crioulas. Nesse sentido, é necessário ressaltar a relevância da atuação do MPA, que promove o debate em torno da conservação das sementes, concedendo visibilidade às experiências de homens e mulheres que historicamente convivem com o semiárido no Alto Sertão Sergipano (Brasil) em grande proximidade com a dimensão da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maria Virgínia. Complementariedade de gênero e o papel das mulheres morroquianas para manutenção da agrobiodiversidade em uma porção do cerrado brasileiro. In: SCOTT, Parry. et al. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

AMORIM, Lucas O. do. **Plantando semente crioula, colhendo agroecologia: a importância da agrobiodiversidade no fortalecimento da agricultura camponesa no Alto Sertão Sergipano**. Projeto de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BRASIL. **Lei de sementes**: Lei n. 10.711 de 5 de agosto de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm>. Acesso em: 18/06/2015.

CASADO, Gloria Guzmán; SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel González. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madri: Mundi-Prensa, 2000.

CUNHA, Jacksilene Santana, MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A territorialização da produção de milho transgênico no Centro Sul de Sergipe. **Revista GeoNordeste**, n. 3, p. 1-4, 2013.

DE BOEF, Walter Simon. Biodiversidade e Agrobiodiversidade. In: DE BOEF, Walter Simon. et al. (Org.). **Biodiversidade e Agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

- GOMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos S. (org). **Etnoconservação**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- JARVIS, Devra et al.(eds.). **A training guide for in-situ conservation on-farm**. Version 1. Rome/Italy: IPGRI, 2000.
- LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.
- LONDRES, Flávia. **As Sementes da Paixão e as Políticas de Distribuição de Sementes na Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.
- MACHADO, Altair Toledo. Biodiversidade e Agroecologia. In: DE BOEF, Walter Simon et al. (Org.). **Biodiversidade e Agricultores: fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2007.
- MACHADO, Altair Toledo. Construção histórica do melhoramento genético de plantas: do convencional ao participativo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.9, n.1, p. 35-50, 2014.
- MOLINA, Manuel González de. Algunas notas sobre Agroecología Y Política. **Agroecología** 6: 9-21, 2012.
- MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. **Plano Camponês**. [s. l.], 2012a.
- _____. **Plano Nacional de Sementes Crioulas**. [s. l.], 2012b.
- PELOSO, Ranulfo. (Org.). **Trabalho de Base: Seleção de Roteiros Organizados pelo Cepis**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.
- PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Rosei Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, p. 687-691, 2012.
- PETERSEN, Paulo et al. Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo. (Ed.); **Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- PETERSEN, Paulo. et al. Sementes ou grãos? Lutas para desconstrução de uma falsa dicotomia. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.10, n.1, p. 36-46, 2013.
- PLOEG, Jan. Douwe. von der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 17- 32, 2008.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003

SUBEDI, Abishkar. et al. Análise participativa de redes sociais de sementes. In: DE BOEF, Walter Simon et al. (Org.). **Biodiversidade e Agricultores: Fortalecendo o manejo comunitário**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2007.

TOLEDO, Victor Manuel. Utopía y naturaleza El nuevo movimiento ecológico de los campesinos e indígenas de América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 122, p. 72-85, 1992.

TRINDADE, Carina Carreira. Sementes crioulas e transgênicos. Uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais. In: Congresso Nacional do Conpedi, XV, Manaus. **Anais...** Conpedi, 2006.